

Saber coletivo

O educador Dzoodzo Baniwa ajuda a articular projetos de desenvolvimento sustentável e ensina matemática em uma escola indígena no Amazonas



Em 2018, foi criada a Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri, sediada no Amazonas, e naquele mesmo ano assumi sua secretaria executiva. Ela representa hoje 85 comunidades, 10 escolas e três coletivos de mulheres desses dois povos indígenas, os Baniwa e os Koripako.

O nome da organização traz a palavra Nadzoeri, que é a junção das sílabas iniciais de três divindades: Ñapirikoli, Dzooli e Eeri. Elas fazem parte da mitologia da nossa comunidade, que vive ao norte do estado, às margens do rio Içana. Ele, por sua vez, deságua no rio Negro, na região do município de São Gabriel da Cachoeira, que concentra grande número de indígenas.

A Nadzoeri, como nossa organização é mais conhecida, está vinculada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro [Foirn]. Uma das primeiras atividades que realizamos foi um diagnóstico socioambiental, feito de forma coletiva, ainda em 2018. A meta era entender as potencialidades locais

e incentivar atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Uma das demandas veio dos moradores da comunidade de Nazaré do Rio Cubate, localizada na Terra Indígena do Alto Rio Negro. Eles queriam conhecer melhor a diversidade de aves daquela região, tendo em vista um futuro projeto de ecoturismo de base comunitária para observação de pássaros.

Essa ideia se desdobrou. No ano seguinte, firmamos uma parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia [Inpa] para elaborar um inventário de avifauna da região. O trabalho entre pesquisadores do órgão e as comunidades rendeu o livro *Espécies de aves do Rio Cubate: Terra Indígena do Alto Rio Negro*, escrito em nheengatu, baniwa e português. A obra reúne 310 espécies e apresenta descrições físicas e comportamentais, além de relatos sobre o significado desses animais para o nosso povo.

Tenho orgulho de ser um dos organizadores dessa obra, publicada pelo próprio Inpa. No ano passado, o livro recebeu

o prêmio Jabuti Acadêmico na categoria de Ciências Biológicas, Biodiversidade e Biotecnologia. É um reconhecimento que celebra essa construção coletiva de conhecimento, mas que, em âmbito pessoal, também reafirma a importância da educação na minha trajetória.

Nasci em 1985 e cresci na aldeia Santa Isabel, às margens do rio Ayari, na bacia do rio Içana. Só fui para a escola aos 10 anos e entrei em uma classe de educação infantil, com crianças bem mais novas do que eu. Para completar, meu professor só falava em português, língua que eu não dominava na época.

Eu tinha medo de ir para a escola e só não desisti pela insistência do meu pai. Ele tem um profundo conhecimento sobre a floresta, mas sentiu na pele as consequências de ser analfabeto. No passado, chegou a ser submetido à condição de trabalho análogo à escravidão por não saber ler e escrever.

Aos 15 anos, me transferi para a então recém-inaugurada Escola Indígena Baniwa e Koripako Pamáali. Criada em 2000,

À esquerda, Baniwa fotografado em setembro de 2025, em São Paulo, por ocasião do Prêmio Fundação Bunge; em agosto, ele já havia visitado a cidade para receber o Jabuti Acadêmico



ela é resultado de um longo processo de discussão sobre currículo, metodologia e calendário escolar, que contou com a participação efetiva das comunidades.

Essa foi a primeira escola indígena de ensino fundamental II do nosso território. Como eu era um pouco mais velho do que meus colegas, comecei a participar de projetos agroflorestais, de piscicultura e de meliponicultura. Em 2004, quando terminei o ciclo do fundamental, acabei sendo contratado como técnico no laboratório de criação de peixes da escola, onde permaneci até 2010.

No ano seguinte, aos 20 anos, fui para Manaus cursar o ensino médio na modalidade supletivo. Pela primeira vez tive aulas teóricas formais de química, biologia e física e me surpreendi ao perceber que já aplicávamos alguns princípios dessas disciplinas em atividades na nossa comunidade, como na criação de peixes ou nos sistemas agroflorestais.

Foi movido pelo desejo de ampliar as conexões entre os saberes tradicionais indígenas e a ciência que optei pela licenciatura intercultural em física. Fiz essa graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas [Ifam], em São Gabriel da Cachoeira.

Em 2016, após terminar o curso, voltei para a minha aldeia disposto a colocar em prática o que tinha aprendido no curso de física. O primeiro projeto a que me dediquei foi inspirado por uma lembrança da minha mãe carregando água do rio até a aldeia para cozinhar. Para facilitar essa atividade, desenvolvi um sistema de bombeamento simples e sus-

tentável, que não usa eletricidade, mas a energia do fluxo da água. Nos últimos anos, melhoramos o sistema, incluindo uma bomba elétrica movida a energia solar fotovoltaica e implementamos o kit [bomba e placas solares] em cerca de 40 aldeias no território do rio Içana.

A água foi tema da minha pesquisa de mestrado, concluída em 2021, no curso de Pós-graduação de Mestrado Profissional para o Ensino de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amazonas [Ufam]. No estudo tratei dos significados desse recurso natural para o povo Baniwa e do direito a ele na perspectiva dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas [ODS-ONU]. Além disso, discuti como a questão da água pode ser mais bem explorada no currículo integral da escola indígena.

Eventos extremos como ondas de calor, secas e inundações já são realidade em nosso território. No meu trabalho como educador, tenho defendido a adoção de metodologias participativas, que envolvam as crianças e jovens nos processos de monitoramento da natureza e os preparem para responder a esses desafios ambientais. É o que eu chamo de educação territorializada, onde a escola assume um papel ativo na busca de solução criativa aos problemas da comunidade e, nesse sentido, torna-se uma fonte de oportunidades para as pessoas e para o local.

Essa premissa me motivou a liderar o estabelecimento de um convênio assinado

em 2022 entre a Nadzoeri e a Foirn com a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo [FE-USP]. Por meio desse acordo, a Escola Municipal Baniwa Eeno Hiepole, onde sou professor de matemática, começou a participar do programa global Escolas2030, financiado pela Fundação Aga Khan, sediada em Genebra, na Suíça. No Brasil, essas atividades são coordenadas pela FE-USP e a organização de empreendedores sociais Ashoka.

Com duração de 10 anos, o programa busca catalisar a ação das escolas como laboratórios de uma educação integral e transformadora. Essa proposta tem a ver com a nossa escola, que defende a diversificação dos ambientes de aprendizagem.

Em setembro de 2025 recebi o Prêmio Fundação Bunge. Fui agraciado na categoria Vida e Obra, no tema “Saberes e práticas dos povos tradicionais e sua importância para a conservação dos recursos naturais”.

Nós, indígenas, temos conhecimentos de assuntos como astronomia e ciclos da natureza, só que as nossas referências não estão nos livros, mas escritas nas pedras, no céu, na floresta. Talvez por isso nosso saber nem sempre seja respeitado e costuma ser visto como inferior em relação ao conhecimento dos brancos.

Mas não desanimo. Espero que o diálogo entre o conhecimento ancestral, a ciência e o poder público se fortaleça. É a partir dessa tríade que podemos encontrar meios para enfrentar a emergência climática no planeta. ●

DEPOIMENTO CONCEDIDO A
PATRICIA MARIUZZO



SAIBA MAIS
Federação das
Organizações
Indígenas
do Rio Negro